



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000021-85.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**
 Requerente: **Danilo Roberto Toniolo**
 Requerido: **TELEFÔNICA BRASIL SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha com a ré contrato para a prestação de serviços de telefonia na modalidade pós-paga, tendo feito sua alteração para plano pré-pago em junho de 2014.

Alegou ainda que a ré passou a dirigir-lhe posteriormente cobranças sem qualquer fundamento, além de ameaçá-lo de inserção perante órgãos de proteção ao crédito se não as quitasse.

Chegou por isso a fazer o pagamento de R\$ 31,90, cuja restituição, em dobro, ora postula, a exemplo de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

A matéria preliminar suscitada pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Extraio dos autos que a ré não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor, deixando de pronunciar-se sobre a alteração do plano de telefonia do mesmo e tampouco não justificando as cobranças que lhe encaminhou depois disso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Incumbia-lhe fazê-lo, demonstrando a origem do débito imputado ao autor, mas se limitou a propugnar pela legitimidade dele diante da impossibilidade da prestação de serviços (não detalhados) gratuitamente.

Bem por isso, reconhece-se a falta de lastro que respaldasse o pagamento implementado pelo autor (fl. 22), sendo em consequência de rigor a sua restituição, mas ela não se dará em dobro.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Já no que concerne aos danos morais, tenho-os como comprovados.

As cobranças dirigidas ao autor foram diversas (fls. 13/16) e o largo espaço de tempo que ele dispendeu para tentar resolver o problema a que não deu causa está patenteado nos autos (fls. 17 e 20/21), não tendo a ré, outrossim, se manifestado sobre a duração desses contatos ou sobre os protocolos elencados na petição inicial.

A situação posta foi além do mero aborrecimento inerente à vida cotidiana, experimentando o autor contrariedade de vulto.

A ré ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, o que é suficiente à configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 31,90, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2014 (época do pagamento de fl. 22), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**